



A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Ricardo Menezes Santos/SEED/SE

Ricardo1menezes@yahoo.com.br

Alexandrina Luz Conceição/NPGEO/UFS

aluz@oi.com.br

INTRODUÇÃO

A proposta curricular da Geografia identifica a Questão Agrária como conteúdo a ser introduzido na relação ensino-aprendizagem nos níveis de ensino fundamental e médio. O livro didático surge então, como instrumento de trabalho pedagógico que adéqua, entre outros, o linguajar desse tema para crianças e adolescentes e desse modo faz a interlocução do conteúdo de uma leitura acadêmica para a leitura didática.

Assim, este artigo pretende estabelecer uma análise sobre como a Questão Agrária, enquanto conteúdo relevante para o entendimento da estruturação social do Brasil é apreendido pelos diversos autores nos livros didáticos de Geografia do 7º ano do ensino fundamental e sua relação com os professores nas escolas públicas em Sergipe.

A construção desse trabalho se deu a partir de leitura de autores que versam sobre a constituição do livro didático, do ensino de Geografia, análise dos PCN e dos livros didáticos de Geografia do 7º ano. Além do suporte teórico foi realizada pesquisa (entrevistas) com professores da rede pública estadual da Grande Aracaju no estado de Sergipe.

Primeiramente, será estabelecida a contextualização da produção do livro didático no Brasil enquanto instrumento para o trabalho pedagógico. Em seguida uma

¹ Este artigo foi extraído da monografia de bacharelado intitulada: A Questão Agrária: Uma Análise a partir das Políticas de Governo para a Educação e da Realidade nas Escolas em Sergipe, defendida no Departamento de Geografia DGE/UFS em outubro de 2008, sob a orientação da Profª Drª Alexandrina Luz Conceição.

exposição sobre como a Questão Agrária é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de Geografia, enquanto proposta de currículo básico para esta disciplina. Após observar-se-á como este conteúdo é transmitido pelos diversos autores para os livros didáticos e por fim uma breve reflexão sobre como os professores de Geografia da rede pública estadual em Sergipe tem observado a abordagem da Questão Agrária nos livros didáticos.

A Gênese do Livro Didático na Educação Brasileira

A formulação de políticas para o advento do livro didático no Brasil ocorreu no início do século XX quando as mudanças econômicas internas promoveram um ajustamento da realidade econômica brasileira à política econômica internacional. Nesse contexto, houve a ampliação da educação básica cujo objetivo, dentro de um programa de cunho modernista e nacionalista, visava estabelecer as bases de uma indústria nacional e assim justificar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nesse âmbito, os livros didáticos emergiram como instrumentos de divulgação da política ideológica do Estado em nome da construção da Pátria. Assim, o governo em 1937 cria o Instituto Nacional do Livro Didático – INL e logo após a Comissão Nacional do Livro Didático - CNLD, submissas ao Ministério da Educação. A atuação destes órgãos vai ser marcada por um caráter centralizador e pela expansão do pensamento do Estado, enquanto a questão didática no livro ficará relegada a um segundo plano. Essa forma de condução da política do livro didático vai perdurar até o fim da ditadura militar no Brasil.

A partir da década de 1980, observou-se um processo de descentralização da política de formulação dos currículos básicos para o ensino, juntamente a este fato criou-se o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD cujo objetivo era universalizar o atendimento ao aluno e promover a participação do professor no processo de seleção do livro didático, fato inédito na consecução de políticas públicas para a educação brasileira.

Durante a década de 1990, os avanços conseguidos com a suposta abertura política com o fim da ditadura militar foram suprimidos, pois, o governo federal (Fernando Henrique Cardoso - FHC) centralizou novamente as ações e dessa forma o que aparentemente se apresentava como democratização do ensino público escondia toda a implantação de uma política neoliberal para a educação.

Os livros didáticos apresentaram então uma nova configuração, visto que, anteriormente eram constituídos com pouco rigor técnico, trazendo somente o texto

principal. Nesta reconfiguração, tendo como base a nova política do PNLD, passaram a serem impressos até com procedimentos de ensino. Estas mudanças estão no âmbito das políticas do Ministério da Educação, assim, Höfling (2000) analisa o PNLD como uma estratégia de política educacional que visa atender a Constituição Federal e cumprir um dever do Estado. Entretanto, estas transformações respondem segundo Cruz (2007), a uma transferência de responsabilidades do professor para o livro didático.

Outro aspecto em que se identificam as alterações impostas pela política federal relaciona-se aos padrões curriculares do Estado que são fechados, e dessa forma, observando-se a ligação entre o mercado capitalista e a produção do livro didático nota-se que os autores em sua grande maioria aproximam o conteúdo dos livros, ao que se observa nos programas curriculares estabelecidos pelo poder público. Esta aproximação tem como objetivo garantir a aprovação dos mesmos pelas comissões de avaliação e com isso, a permanência do livro nos catálogos-guias do livro didático distribuídos às escolas para aquisição pelos professores.

A formatação curricular é fundamental para o êxito do trabalho pedagógico e da relação ensino-aprendizagem, no entanto, deve ser uma construção de todos os sujeitos envolvidos neste processo. Portanto, compreende-se que, o livro didático partindo dessa premissa deve ser enxergado como consequência de um trabalho educacional e intelectual sério, cujo escopo seja o desenvolvimento das habilidades e competências no alunado, dando-lhes condições mínimas para a compreensão do mundo que o cerca. Contudo, o currículo apresentado pelos PCN's de Geografia carece de uma proposta teórica e metodológica consistente, fruto de uma implantação não dialogada para atender ao neoliberalismo, dessa forma, os livros didáticos, para a maioria dos professores, principal instrumento pedagógico, resulta de uma necessidade de inserção no mercado. Assim, o que se verifica é uma perda conceitual e de liberdade que apresenta seu reflexo nas salas de aula do país.

Nesse sentido, a leitura dos livros, sua avaliação, o conhecimento do que se deve ensinar em cada série e da proposta curricular do Estado (Parâmetros Curriculares Nacionais), mesmo que a título de análise é fundamental para que os professores desenvolvam um trabalho para atender aos filhos da classe trabalhadora e com isso, fugir de modelos previamente estabelecidos que descontextualizem, saiam e mascarem a sua realidade.

A Questão Agrária nos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram introduzidos na educação brasileira a partir da segunda metade da década de 1990, com a retomada das definições das políticas curriculares pelo governo federal. Os PCN's comportam toda a visão de currículo mínimo básico, proposto pelo Estado, a serem aplicados nas modalidades de ensino fundamental e médio.

No que se refere a Geografia Agrária, os PCN's organizam essa temática abordando sua relação com indústria, com o urbano, com a questão ambiental, apresenta as características resultantes da ação capitalista no Brasil entretanto não apresenta vinculação entre os temas.

A abordagem da Questão Agrária para o ensino fundamental se faz no eixo temático III (3º ciclo) intitulado de “O campo e a Cidade como Formações Socioespaciais”. Neste eixo outros itens são inseridos para o desdobramento do tema, entre os quais são observados: a modernização capitalista e a redefinição das relações entre o campo e a cidade, o papel do Estado e das classes sociais, a cultura e o consumo abordando uma nova relação entre o campo e a cidade e o espaço como acumulação de tempos desiguais. O documento proposto pelo Estado indica em seu texto que esta orientação deve ser trabalhada levando-se em consideração a formação socioespacial como categoria de análise.

Nesse sentido, entende-se que o estudo da problemática agrária não pode ser trabalhado sem a compreensão histórica, segundo Vieira (2004) as contradições começam a surgir, pois, a leitura do espaço nesta abordagem está desprovida de sua inserção nos tempos históricos e assim há um reducionismo da sua concepção a simples categoria de paisagem.

Este aspecto serve para elucidar que a transmissão do conteúdo sobre o espaço rural e o urbano não pode ser feita apenas a título informativo. Nesse contexto, em relação aos PCN's se observa uma superficialidade na aplicação do conteúdo. Desse modo, a informação é apreendida, entretanto, não se visualiza as relações existentes intrínsecas ao processo.

O tema “O espaço como acumulação de tempos desiguais” é apresentado, de

acordo com Vieira (2004), apenas de forma aparente, sem o entendimento das relações históricas existentes, fato que impossibilita o desenvolvimento da concepção crítica e concedendo ao aluno, a visão apenas do aparente, da forma.

Outro item a ser destacado é o que trata da pequena propriedade de subsistência, as relações de parceria no campo e sua coexistência com a monocultura empresarial. Este item aborda a temática como se houvesse uma relação harmoniosa entre elementos tão dispares. Através da leitura não se percebe a contextualização histórica destes assuntos, a superficialidade no tratamento destes tópicos não demonstra as contradições do capital em que o moderno exclui o tradicional e o recria para a sua reprodução numa lógica contraditória.

Para Vieira (2004), ao analisar este assunto, não há nos PCN's a intenção de conduzir o aluno a compreensão da realidade como uma totalidade, pois,

Sugere-se a importância de o professor trabalhar com o aluno as diferentes temporalidades do espaço urbano e rural. O que percebemos é uma orientação com o objetivo de levar o professor a realizar com os alunos uma descrição da paisagem, não ultrapassando a mera constatação. Considerando o espaço como uma soma estática de tempos históricos diferentes, não orientando que se recorra a conteúdos da Geografia que levem o indivíduo a compreender a dinâmica da sociedade capitalista existente entre os diferentes elementos da paisagem (Ibid, p. 37).

No item “a modernização capitalista e a redefinição nas relações entre o campo e a cidade”, observa-se uma proposta onde se compreende as transformações promovidas pelo capital nas estruturas sociais e nas configurações territoriais do campo e da cidade. Neste tema as semelhanças com o tema anterior também são verificadas ao fazer a abordagem dos fatos presentes no texto, tais como relação harmoniosa de assuntos entre as lavouras de exportação e os pequenos produtores rurais. Além disso, há a ausência da totalidade das relações, não se permitindo uma compreensão das mudanças ocorridas no Brasil. Vieira (2004), aponta para a ausência de contextualização do processo histórico-social e somente a partir da realidade do Brasil.

Esta autora ainda destaca a presença de subsídios utilizados para o desenrolar das aulas que processam uma superficialidade no tratamento dos temas. Tais como:

- A entrada das multinacionais no campo e seu papel nas exportações brasileiras; Os problemas enfrentados atualmente pelos pequenos e

- médios produtores no campo;
- O abastecimento das cidades e o papel do pequeno e médio produtor do campo;
 - A mecanização, automação e concentração de propriedade e o problema dos sem-terra;
 - Os sem teto nas metrópoles e suas relações com o processo de modernização capitalista;
 - As metrópoles como centro de gestão das inovações tecnológicas e gestão do capital e suas repercussões no campo;
 - Modernização e desemprego no campo e na cidade;
 - A importância da reforma agrária como solução para os grandes problemas sociais do campo e da cidade no Brasil. (BRASIL, 1998, p. 70/71).

Outro tema em destaque é “o papel do Estado e das classes sociais e a sociedade urbano-industrial brasileira”. Quanto ao referente tema, de forma geral os autores citam a influência capitalista no desdobramento dos acontecimentos referentes à urbanização brasileira, no entanto, não se vincula tal questão ao capital internacional. Os autores dos PCN’s textualizam ainda o papel do Estado na estrutura urbano-industrial desde o início do processo industrial na década de 1930 até a década de 1980. Entretanto, ao encadear tais acontecimentos não fazem uma análise do campo no Brasil. Nesse sentido, não se observa um enfoque sobre os conflitos ocorridos, enfatiza-se a condição do proletariado, mas não a sua formação.

Segundo Spósito (2004), os PCN’s, não apresentam apenas sugestões de temas a serem desenvolvidos, mas, trazem textos que devem induzir as práticas docentes em sala de aula. A autora deixa claro que não há uma obrigatoriedade do uso dos PCN’s, entretanto, analisa que este acaba sendo bem aceito pelo fato de ser um indutor do trabalho pedagógico diante da precarização do tempo e da formação dos professores.

Diante dessa realidade os livros didáticos continuam a ser produzidos tendo como referência os parâmetros estabelecidos pelo Estado, esta premissa possibilita a entrada do livro no mercado editorial. Nesse aspecto torna-se evidente as dificuldades de atendimento das demandas regionais e locais e assim demonstra claramente a relação íntima, no Brasil, entre livro didático e o currículo.

A Concepção de Geografia Agrária nos Livros Didáticos

Em leitura minuciosa, da questão agrária nos livros didáticos de Geografia, adotados nas escolas pesquisadas, observou-se que esses apresentam a temática da Questão Agrária, na maioria das vezes, seguindo a proposta curricular estabelecida pelo governo.

O livro didático **Projeto Araribá**² aborda as questões referentes ao espaço agrário nos livros do 6º e 7º ano do ensino fundamental, neste último traz a discussão sobre o uso da terra no Brasil. Os autores iniciam a exposição do conteúdo afirmando existir uma desigualdade no meio rural brasileiro. Ao assumir essa perspectiva direciona a análise em duas vertentes: a agricultura comercial destinada à exportação e associada à produtividade e a pequena agricultura de subsistência que também pode ser comercial. Os autores identificam a existência de concentração de terras, associando a origem do latifúndio às Sesmarias. Citam os conflitos no campo e os vinculam a violência como expulsões, grilagem, destruições entre outros elementos.

Na coleção **Trilhas da Geografia**³, os autores apresentam o tema alusivo à questão agrária no livro do 6º ano, estes definem como agricultura moderna aquela desenvolvida em grandes propriedades, com o uso da tecnologia associada à produtividade e destinada a exportação. Em relação à agricultura tradicional abordam essa questão como aquela em que o agricultor não dispõe de recursos para realizarem investimentos para viabilizarem maior produção, ocupando em geral pequenas propriedades voltadas para a subsistência. Moreira e Sene (2007), não apresentam em suas definições a idéia de latifúndio. A escrita do texto permite o entendimento de que a modernização e eficiência estão associadas apenas as grandes propriedades.

Em **Geografia – Construção do Espaço Geográfico Brasileiro**⁴, o autor introduz a discussão sobre a questão agrária apresentando a desigual distribuição da terra no campo brasileiro aponta o minifúndio e latifúndio improdutivo como problemas para o Brasil, pois afirma que o primeiro pela ausência de tecnologia empurra o proprietário e seus filhos para a venda da mão-de-obra em grandes propriedades e o segundo devido a inutilização das terras. Assim, ADAS (2006), estabelece uma crítica

² A coleção Projeto Araribá de Geografia da editora Moderna, segundo indicações na sua capa é produzido, organizado e elaborado pelos autores da própria editora.

³ MOREIRA, João Carlos. SENE, Eutáquio de. **Trilhas da Geografia**. A Geografia no Dia-a-dia Geografia – 5ª série. São Paulo: editora Scipione, 2007

⁴ ADAS, Melhem. **Geografia. Construção do Espaço Geográfico Brasileiro** - 6ª Série. São Paulo: Moderna, 2006.

quanto à inutilização da terra e a existência de milhões de despossuídos dessa mesma terra para cultivar, o que descumpra a função social da terra abordada na Constituição Federal de 1988.

O autor analisa os movimentos sociais a partir do entendimento do difícil acesso a terra no Brasil. Toma como referência a formação das Ligas Camponesas no Nordeste durante as décadas de 1950 e 1960 e salienta o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na década de 1980.

Ao tratar da introdução do capital no campo Adas (2006) analisa esse processo oriundo de 1950, destacando o uso de tecnologia e o impacto causado por estas na desorganização da produção, até então existente. Segundo o autor, essa atuação possibilitou a formação de fazendas especializadas em produção monocultora. Destaca que essa modernização não atendeu a todos os agricultores, somente os grandes proprietários.

A coleção **Geografia – Homem & Espaço**⁵ aborda a Questão Agrária nos livros do 6º e 7º anos. No primeiro, os autores apresentam um tópico sobre a distribuição desigual da terra, relatam a existência do latifúndio em detrimento do pequeno proprietário apontam o surgimento do bóia-fria como tentativa de sobrevivência no campo. Entretanto, observa-se a entrada do bóia-fria nas relações do campo, não como uma destruição do camponês, mas como uma etapa do aprofundamento do capital, subtendido como processo natural. Citam a necessidade da reforma agrária e identificam a existência de conflitos pela posse da terra, contudo, não promove aprofundamento desta questão.

No volume referente ao 7º ano identifica-se uma análise sobre a modernização da agricultura, compreendida como a importância do uso da tecnologia e do controle de empresas nacionais e estrangeiras que passaram a dominar a produção agrícola brasileira. Mencionam a dependência do pequeno produtor ao capital, contudo, entendem que para compensar essa situação houveram ganhos no aumento da produtividade. Os autores fazem referência a redução da mão-de-obra no campo e a dificuldade do pequeno produtor em conseguir investimentos, não há crítica em relação

⁵ LUCCI, Elian Alabi. BRANCO, Anselmo Lázaro. **Geografia – Homem & Espaço** – A organização do Espaço Brasileiro – 6ª Série. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

à situação depreciativa em que se encontram os camponeses. Lucci e Branco (2004) informam que a reforma agrária está em andamento e deve ser defendida dentro da Proposta do “Novo Rural Brasileiro”, conforme política governamental.

O livro didático **Geografia Crítica**⁶ inicia a discussão sobre a Questão Agrária enfatizando a transformação da agropecuária em agroindústria no Brasil, ressaltando que as melhores terras brasileiras são destinadas para o atendimento à indústria e a exportação. Nesse sentido, o aumento da mecanização do campo está para atender a lavouras monocultoras, enquanto a produção interna fica relegada ao segundo plano. Vesentini e Vlach (2004) identificam uma péssima distribuição da estrutura fundiária, havendo uma crescente concentração de terras, fato responsável pela subnutrição no país. Assim, abordam a reforma agrária com a problemática dos conflitos desencadeados pelos camponeses, quando da ocupação de terras para a sua reprodução, indicam que para a melhoria dessa situação a mudança na estrutura fundiária é fundamental e não faz nenhuma vinculação desta temática aos movimentos sociais do campo como o MST.

Os autores citam o camponês, mas não discorrem sobre o seu papel, apenas mencionam que a agricultura tradicional é responsável pelo abastecimento interno da população e não abordam a questão do agronegócio no sentido de haver uma associação entre esse, a modernização e a eficiência.

O conteúdo de Agrária existente no livro didático **Geografia do Século XXI**⁷, está disposto em dois capítulos. O primeiro trata da organização do espaço urbano e agrário no Brasil, retrata os contrastes e conflitos existentes. Neste está incluído a estrutura fundiária brasileira, a reforma agrária e os conflitos pela posse da terra. No segundo capítulo, intitulado Contrastes na Ocupação do Espaço Agrário Brasileiro, traz o conteúdo referente ao agronegócio. A degradação ambiental e a produção de riquezas.

Segundo o autor a modernização da agricultura no Brasil ocorre a partir de 1970 e está associada à produtividade, entretanto, apesar desta condição afirma que no país existem graves problemas agrários como a má distribuição de terras e a expropriação

⁶ VESENTINI, J. Willian. VLACH, Vânia. **Geografia Crítica** – O Espaço Social e o Espaço Brasileiro - Volume 2 . São Paulo: Ática, 2004.

⁷ SAMPAIO, Francisco Coelho. **Coleção Geografia do Século XXI**. 6ª série - Brasil: o despontar de uma grande potência. Curitiba: editora Positivo, 2005.

dos trabalhadores rurais. Sampaio (2005) menciona a existência do Estatuto da Terra de 1964 que garantiu a posse das terras ao camponês, contudo, não houve mudanças na estrutura fundiária. Esta colocação do autor vai justificar a sua escrita sobre a necessidade de aceleração da reforma agrária. Nesse contexto cita o MST que tem atuado em vários estados e que com suas ocupações tem promovido a morte dos trabalhadores rurais. Em outro trecho trata do agronegócio como atividade comercial destinada à exportação e a agricultura de subsistência ligada ao trabalho familiar com a produção destinada ao próprio consumo.

Em **Geografia Sociedade e Cotidiano**⁸, inicialmente os autores apresentam o conteúdo destacando como a produção agrícola é organizada, inferindo que os cultivos agrícolas brasileiros além do abastecimento interno atendem às necessidades do mercado externo.

As pequenas propriedades são caracterizadas como aquelas responsáveis pela subsistência, associadas ao trabalho familiar com algum uso de mecanização na produção. Já as médias e grandes são destinadas para a agricultura comercial destinada à exportação e com uso de tecnologia. Abordam a propriedade monocultora, contudo não se associa a existência do latifúndio.

Em seguida o livro trata das questões históricas brasileiras ligadas ao campo, neste item explica a formação da concentração da propriedade no país. Há nessa trajetória, a abordagem das Sesmarias, da Lei de Terras, dos Movimentos da década de 1950 pela Reforma Agrária, e das Ligas Camponesas e do Estatuto da Terra na vigência do militarismo, como também sobre a formação do MST. Os autores finalizam o texto falando das desigualdades no campo e apontando esta situação como consequência de um modelo agrícola que beneficiou a exportação.

O livro didático **Geografia**⁹ de Sonia Castelar e Valter Maestro, não trata da Questão Agrária em um capítulo exclusivo. A análise desta referente temática está pulverizada em cada capítulo específico das regiões brasileiras, sendo focalizada de forma bastante superficial, a partir do contexto de cada uma de suas realidades.

8 MARTINS, Dadá. BIGOTTO, Francisco. VITIELLO, Márcio. Geografia Sociedade e Cotidiano – 6ª Série – Espaço Brasileiro. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

9 CASTELAR, Sonia. MAESTRO, Valter. **Geografia. 7º ano – 6ª Série**. Leitura Cartográfica, Território Brasileiro: Ocupação, Formação, População. São Paulo: Quinteto Editorial, 2001.

Nesse sentido, ao se tratar da região Nordeste os autores abordam questões ligadas à atividade agrícola. Explicam que na América Latina verifica-se um crescimento de práticas agrícolas destinadas ao mercado externo, destacando a formação da agroindústria. O texto do livro estabelece uma diferenciação entre agricultura comercial e aquela destinada ao mercado interno. Sendo a primeira essencial para o país e a segunda definida por práticas que envolvem a policultura. Castelar e Maestro (2001) assinalam que a estrutura comercial brasileira é privilegiada concentrando o apoio do governo e assim obtém maior produtividade e lucratividade. Nesse sentido, promove a desigualdade no campo tendo como consequência a separação do pequeno produtor de seu meio de produção, a terra.

Em relação à estrutura fundiária, os autores não fazem uma abordagem específica, no sentido de determinar a existência de concentração e má distribuição de terras. Da mesma forma, não faz alusão aos Movimentos Sociais no campo, apenas cita a ocorrência de conflitos sobre a expropriação do trabalhador rural de suas terras.

O estudo dos assuntos relacionados à Questão Agrária presentes nos livros da coleção **Construindo a Geografia**¹⁰ está dividido em dois volumes das séries iniciais do ensino fundamental maior. O livro do 6º ano apresenta temas ligados à modernização agrícola, agricultura familiar, industrialização no campo, formas de trabalho no campo e fome no mundo. Já no volume referente ao 7º ano o foco central da análise em questão, está sobre os temas como agricultura brasileira, a industrialização no campo e a propriedade rural no Brasil.

Os autores definem a industrialização no campo com a introdução da empresa rural, que por sua vez são controladas por grupos empresariais, com grande processo de modernização. Há ainda no texto do livro, uma associação entre os modernos complexos agroindustriais, a grande produtividade e a expansão das fronteiras agrícolas. Constata-se também, nesse contexto, a separação do trabalhador do campo da propriedade da terra com a introdução de relações capitalistas de trabalho. Araújo, Guimarães e Costa (2005) assinalam que em relação à estrutura fundiária, nas grandes propriedades a preferência se dá pelas culturas de exportação. Assim recebem maior financiamento do poder público. Em contrapartida, os pequenos proprietários não têm

¹⁰ ARAUJO, Regina. GUIMARÃES, Raul Borges. RIBEIRO, Wagner Costa. **Construindo a Geografia**. 6ª Série – O Brasil e os Brasileiros. São Paulo: Moderna, 2005.

acesso a estes financiamentos. Conseqüentemente são obrigados a se desfazer da propriedade. No entanto, são responsáveis pelo abastecimento interno.

No que se refere a distribuição das terras, os autores, analisam este fato como sendo sempre desigual. Utilizam um breve relato histórico para contextualizar essa condição. Apontam como grande característica da estrutura fundiária brasileira a grande concentração de terras.

No livro **Geografia – A Formação do Espaço Geográfico/As Regiões do Brasil**¹¹, Garcia e Garavelo (2002) focalizam as análises da questão da terra, a partir da produção e distribuição das atividades agrícolas, neste sentido reforçam a importância das grandes propriedades como produtoras de gêneros alimentícios, porém fazem a crítica a política de distribuição de alimentos, na medida, que reforça a exportação em detrimento ao consumo interno.

Em relação à forma como se dá a distribuição das terras observa-se que este é o mais grave problema relacionado a atividade agrícola, pois, afeta diretamente a oferta de empregos. Nesse aspecto, quanto à distribuição desigual no livro foi localizada apenas uma citação. Os autores não citam a existência do latifúndio e referem-se ao mesmo como responsáveis pela subocupação do espaço rural, enquanto o minifúndio, na estrutura rural é ocupado com atividades improdutivas. Não se menciona no livro a entrada do capitalismo no campo, não se faz análise dos conflitos no campo e nem dos movimentos sociais. Em relação a este último apenas foi identificada uma citação sobre o MST.

A Questão Agrária dos Livros Didáticos: Uma Questão Agrária dos Professores?

Em pesquisa realizada nas escolas públicas em Sergipe observou-se que os livros didáticos desempenham um importante papel na relação ensino-aprendizagem, no ofício desenvolvido pelo professor. Entretanto, não se configura como o único instrumento de trabalho, haja vista que segundo os profissionais do magistério muitos alegaram utilizarem outros recursos didáticos no transcorrer de suas aulas.

No que se refere à abordagem da questão agrária nos livros didáticos, os professores, em sua maioria, analisam esta questão como fundamental para o entendimento das relações

¹¹ GARAVELLO, Tito Marcio. GARCIA, Hélio Carlos. **Geografia – A formação do Espaço**

sociais e da produção do espaço geográfico brasileiro, enfatizando temas como reforma agrária, conflitos no campo e importância dos movimentos sociais, latifúndio e pequena produção. Entretanto, apesar de considerarem a questão agrária como essencial para análise das relações sociais no Brasil e para a produção de seu espaço, a forma como se dá esta apreensão ocorre de forma muito simplória.

Nesse sentido, os livros não respondem a todos os temas de forma correta e apresentam análise crítica e, por conseguinte, fogem à realidade do aluno. Poucos profissionais afirmaram estarem satisfeitos com a organização dos conteúdos de agrária nos livros didáticos que adotaram.

De maneira geral, denota-se a carência de conhecimento teórico em relação à questão agrária como um todo, pois, de acordo, com a pesquisa não se constatou domínio da temática. Além disso, verificou-se incoerência quanto à determinação do item conteúdo como fundamental para a escolha do livro didático e a insuficiência de domínio de temas tão relevantes como a questão agrária.

Considerações Finais

A história do livro didático no Brasil está ligada aos interesses do Estado que o constituiu para a propagação de suas idéias no início do século XX e assim justificar o desenvolvimento do capitalismo internamente e ao mesmo tempo promover o suposto atendimento à classe trabalhadora. No entanto, a questão educacional, nesse contexto não era prioridade.

O processo de controle do Estado em relação à política do livro didático, assim como das propostas curriculares vão se desenrolar por todo o século passado, sendo rapidamente, a partir da década de 1980, envolta de um cunho de descentralização, para na década seguinte ser retomada pelo poder central.

A atuação do poder público, aliado ao capital, se fez durante toda a história da educação no Brasil com o objetivo de garantir sua reprodução e desse modo utilizou-se de todos os instrumentos para garantir seus objetivos. Nesse sentido, no fim do século XX com a massificação da educação, os projetos e programas de governo para a educação contemplaram propostas curriculares para a educação básica e para aquisição

de livros didáticos.

O surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais evidenciou a ausência de uma discussão ampliada sobre o que deveria ou não ser incluso como conteúdo mínimo obrigatório para as escolas no país. Nesse aspecto, o currículo de Geografia apresentado mostrou-se carente de uma concepção teórica e metodológica consistente.

Assim, a Questão Agrária, importante tema para o entendimento da estruturação social do Brasil, é apresentada em meio a muitas contradições e indefinições. Os temas não mostram relação entre si, sendo apresentados a título informativo de tal forma que se possa apreender este aspecto, contudo, não se visualiza as relações existentes. Conseqüentemente os autores dos livros passaram a observar a Proposta Curricular do Estado como guia para a produção de suas coleções didáticas.

De forma geral, a análise dos livros didáticos possibilitou a observação de várias concepções, de autores identificados críticos ou não. De maneira geral, verificou-se a aproximação do conteúdo à proposta curricular (PCN's). Segundo os professores entrevistados, os livros em sua maioria não trazem análise crítica e atendem às colocações textuais dos PCN's, com a finalidade de adentrar no lucrativo mercado editorial dos livros didáticos. Outro aspecto relevante identificado é a distância entre o conteúdo abordado no livro didático e a realidade do aluno, considerando sobretudo as diversidades sociais, econômicas e culturais do país face sua grande dimensão geográfica.

Referências Bibliográficas

ANDRIOLI, Antônio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 13, p. 01/06, Ano II, Junho, 2002.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CRUZ, Igor Sacha Florentino. **A Geografia dos Serviços e a sua Transposição Didática para o Livro Didático de Geografia do Ensino Fundamental**. Recife, (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Geográficas,

Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

HÖFLING, Eloísa de Matos. Notas Para Discussão Quanto a Implementação de Programas de Governo: Em Foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Revista Educação & Sociedade**, nº 70, p. 159/170, ano XX, 2000.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Educação Brasileira sob a Supremacia do Mercado. In: **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.9, n.2, p.31-51, jun. 2008

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. **Geografia e Ensino: Os Parâmetros Curriculares Nacionais em Discussão**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org). Reformas no Mundo da Educação: Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Ana Rocha. SANTOS, Marleide Maria. **A Geografia Agrária Existente nos PCNS de Ensino Fundamental: Uma Reflexão**. In: EPENN, São Cristovão:UFS, 2003.

SANTOS, Marleide Maria. A Questão Agrária na Sala de Aula. **Informativo da AGB**. Aracaju, ano III, n. 01, março, 2007

SCHÄFFER, Neiva Otero. In: Castrogiovanni, Antônio. CALLAI, Helena. SCHÄFFER, Neiva Otero. KAERCHER. Nestor (Org.). **Geografia em Sala de Aula – Práticas e Reflexões**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

SILVA. Jeane Medeiros. O Livro Didático no Contexto Brasileiro: as condições constitutivas de sua produção e a questão ideológica. In: **A Constituição dos Sentidos Políticos em Livros Didáticos de Geografia na Ótica da Análise do Discurso**. Uberlândia, (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2006.

SPÓSITO, Maria Encarnação. **As Diferentes Propostas Curriculares e o Livro Didático**. In: (Org.) PONTUSCHKA, Nidia Nacib. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia em Perspectiva, São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino de Geografia: Pontos e Contrapontos Para Uma Análise**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org). Reformas no Mundo da Educação: Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

VIEIRA, Noemia Ramos. O Conhecimento Geográfico Veiculado pelos Parâmetros

Curriculares Nacionais de Geografia e o Espaço Agrário Brasileiro: Reflexões para uma Geografia Crítica em Sala de Aula. **Revista NERA**, n. 4, p. 29-41, jan/jul, 2004.

VLACH, Vânia R. F. Rediscutindo a Questão Acerca do Livro Didático de Geografia Para o Ensino de 1º e 2º Graus. In: Geografias & Lutas Sociais, **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, julho de 1988. p. 89 a 95.